



# ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

AULA 3



Prof. Claudio Marlus Skora



## CONVERSA INICIAL

### Sustentabilidade, ética e responsabilidade social

O entendimento da necessidade de uma vida baseada na sustentabilidade deu-se de forma gradativa. O próprio conceito desse termo suscitou muitas discussões em diversos campos da ciência, relacionadas a aspectos econômicos, sociais ou ambientais. Foi por meio do tripé da sustentabilidade que se pacificou – por enquanto – uma forma de aceitação quanto ao significado.

O *triple botton line*, ou o tripé da sustentabilidade, aponta que, qualquer que seja a ação em prol do desenvolvimento sustentável, ela só será possível mediante uma visão que envolva a economia, o meio ambiente e as pessoas.

Mas chegar a essa premissa, que possa hoje parecer simples, foi resultado de um longo trajeto de construção de uma visão de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente. Santos e Skora (2018) detalham que muitas ideias, teorias, discussões, crenças vingaram ou naufragaram sobre esse tema da mesma forma e rapidez com que surgiram.

Ressalta-se, porém, que, enquanto estudiosos digladiavam procurando conceituações semânticas que fossem aceitas pela maioria, o mundo tinha outra agenda. Como exemplo, citam-se as angústias dos mais de 12 mil habitantes de Tuvalu – um pequeno país de 26 quilômetros quadrados no sul do Oceano Pacífico –, que assistem as suas terras desaparecerem gradativamente, engolidas pelo aumento do nível do mar. Para os tuvaluanos, a urgência de tomar medidas sustentáveis no planeta todo é hoje, agora.

Você pode se questionar sobre qual a relação disso com responsabilidade social e a ética. Ao compreender o meio ambiente por meio de uma visão holística, você terá a resposta.

Esta aula procura, então, proporcionar o aprendizado sobre os conceitos basilares de meio ambiente e de sustentabilidade e, mais do que isso, deseja tocar corações e mentes na busca de um novo paradigma de comportamento: aquele em que a preocupação com o outro e com o “todos” seja preponderante.



## TEMA 1 – SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 1.1 Sustentabilidade

O termo *sustentabilidade* não é mais algo que deva causar estranhamento nas pessoas. Isso, porém, não era verdade há 30 ou 40 anos. Santos e Skora (2018, p. 32) detalham que “pensar em ações de preservação do que se tem hoje, avaliando com cuidado a qualidade do que queremos deixar para as futuras gerações é algo tão recente quanto necessário”.

Há milênios que os recursos existentes no planeta são utilizados sem que seja feito algo efetivo para propiciar a renovação ambiental. Somente nas últimas quatro décadas é que, gradativamente, a maioria da população já compreende os impactos ambientais e, de alguma forma, tenta contribuir para o impedimento de que estes avancem.

Por muito tempo, várias pessoas, organizações e países discutiram formas de obter políticas e ações que propiciassem o desenvolvimento sustentável, como relatam Santos e Skora (2018). Gradativamente, as diversas temáticas ambientais viraram pautas de assunto entre diferentes stakeholders, seja no âmbito político, econômico, cultural, social e tecnológico.

Doran (2017) apresenta um relato dos motivos pelos quais se percebe um ambiente favorável à criação de uma visão mundial única de enfrentamento dos desafios da humanidade em relação à sustentabilidade. Para esse pesquisador, desde o início dos anos 2000, houve um crescimento econômico considerável em muitos países, elevando o poder de compra da população de baixa renda – vide o que aconteceu no Brasil na primeira década desse século. Essa população, com maior poder aquisitivo, passa a exigir melhores condições de vida.

Ressalta-se, ainda, que há uma concentração mundial da população em idade jovem em países com baixo e médio PIB *per capita*, exigindo-se a necessidade urgente de oferecer oportunidades econômicas, sociais e políticas essa geração. Doran (2017, p. 157) ainda aponta que:

um maior acesso agora existe em muitos países para serviços básicos, educação e à proteção social, bem como o acesso à tecnologia e informação aumentou. No entanto, mantém-se alta a desigualdade econômica e social enraizada em muitos países. Números muito significativos de crianças permanecem expostas a conflitos interpessoais e sociais, bem como às ameaças pelas alterações climáticas e pelo desenvolvimento insustentável. (Doran, 2017, p. 157)



Apresentou-se as informações anteriores para sedimentar o entendimento da necessidade de uma visão integrada de sustentabilidade. Para que se possa internalizar o conceito, faz-se necessário compreender alguns elementos, explicados a seguir. Com base na obra de Feil e Schreiber (2017), foi possível construir o Quadro 1, que resume as conexões entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a saber:

Quadro 1 – Relação entre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

CONCEITO	SÍNTESE	PROPRIEDADES
<b>SUSTENTABILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Solução à escassez de recursos naturais vinculados a questões energéticas e recursos naturais</li><li>• Originou-se da deterioração entre ecologia global e o desenvolvimento econômico</li><li>• Abrange a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável</li><li>• Preocupação com o futuro dos recursos naturais e da vida humana</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade e propriedade do sistema global humano ambiental</li><li>• Considera as evoluções dinâmicas temporais</li><li>• Abrange os aspectos ambiental, econômico e social</li><li>• Equilíbrio mútuo</li><li>• Avaliação com indicadores e índices</li></ul>
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O desenvolvimento deve atender as necessidades humanas do presente</li><li>• Deve obrigatoriamente realizar isso sem comprometer a capacidade de que as gerações futuras tenham suas necessidades atendidas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Objetiva o crescimento econômico sem agressão ambiental humana</li><li>• Visão de longo prazo em relação às gerações futuras</li><li>• Abrange o ambiental, o econômico e o social em equilíbrio mútuo</li><li>• Propõe mudança no comportamento da humanidade</li><li>• Materializado por meio de estratégias</li><li>• Envolve processos e práticas</li></ul>



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	CONEXÕES	SUSTENTABILIDADE
Necessidades humanas e bem-estar		Sistema global humano ambiental
Forma de acesso		Intento final (longo prazo)
Estratégias		Meta (parâmetro)
Capitalismo		Ecologia
Econômico		Ambiental

Fonte: Elaborado por Skora com base em Feil e Schreiber, 2017, e Brundtland, 1987.



Aprofundando o entendimento sobre o quadro acima, Feil e Schreiber (2017, p. 673) acreditam que:

o termo *sustentável* pode ser conceituado como um alicerce, uma espécie de “guarda-chuva”, que apoia ou abrange a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, tendo como base a preocupação com a existência futura de recursos naturais para viabilizar a continuação da vida humana.

Pode-se supor, então, que “a sustentabilidade seria a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano) e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos”, se considerada correta a visão de Feil e Schreiber (2017, p. 674).

## 1.2 Desenvolvimento sustentável

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável deu-se, majoritariamente, por meio de diversas ações que a ONU realizou nos últimos 40 anos. Como exemplo disso é de notório conhecimento a realização no Brasil de encontros como a Rio 92 e Rio +20, que trouxeram grandes avanços quanto a regulação e empenho em prol de questões ambientais.

Por meio dessas conferências, deu-se o entendimento de que “o desenvolvimento sustentável é fundamental e, até o momento, percebido como a única opção viável para ampliar a permanência da existência humana no planeta”, como relatam Santos e Skora (2018, p. 33).

Certamente é bom destacar que não se tem uma visão poliana sobre o assunto, ou, ainda, conceber que alguns podem considerar a visão ambientalista totalmente utópica, mas é melhor viver na utopia da possível solução do que paralisar-se diante de uma postura que pode nos levar à extinção. O que se quer apontar é que o desenvolvimento sustentável é uma possibilidade e, mais do que isso, uma responsabilidade de todos.

O entendimento desse conceito é um construto não acabado. Nossa, Rodrigues e Nossa (2017) fazem uma compilação sobre as ideias sobre desenvolvimento sustentável ao longo dos últimos 40 anos, por meio do Quadro 2.



## Quadro 2 – Conceitos de desenvolvimento sustentável

DEFINIÇÃO	AUTOR(ES)
“Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. (p. 8)	Brundtland, 1987
“O desenvolvimento sustentável envolve a concepção de um sistema social e econômico, que garanta que esses objetivos sejam sustentados, ou seja, que os rendimentos reais e padrões educacionais aumentem, que haja melhoria da saúde da nação e que a qualidade de vida geral avance”. (p. 1)	Pearce; Markandya; Barbier, 1989
“Melhorar a qualidade da vida humana dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas de apoio”. (p. 10)	Munro; Holdgate; Prescott-Allen, 1991
“A sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto, resistir ou adaptar-se a mudanças endógenas ou exógenas indefinidamente”. (p. 14)	Dovers; Handmer, 1992
“A sustentabilidade é uma relação entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos dinâmicos maiores, mas geralmente mais lentos, em que (a) a vida humana pode continuar indefinidamente, (b) os indivíduos humanos podem florescer e (c) as culturas humanas podem desenvolver”. (p. 8)	Costanza, 1992
“O desenvolvimento sustentável envolve a busca simultânea da prosperidade econômica, da qualidade ambiental e da equidade social”. (p. 397)	Elkington, 1994
“O desenvolvimento sustentável é uma construção social, referente à evolução a longo prazo de um sistema extremamente complexo – a população humana, a economia incorporada nos ecossistemas e fluxo biogeoquímico do planeta”. (p. 7)	Meadows, 1998
“O desenvolvimento sustentável representa uma mudança na compreensão do lugar da humanidade no planeta, mas é aberto à interpretação de ser qualquer coisa, desde quase sem sentido até a extrema importância para a humanidade”. (p. 13)	Hopwood; Mellor; O'Brien, 2005
“O desenvolvimento sustentável é um sistema de valores normativos em perfeita harmonia com os direitos humanos, a democracia e a liberdade (e está intimamente ligado a todos esses sistemas). Desse modo, o desenvolvimento sustentável é essencialmente um forte pronunciamento ético e moral quanto ao que deve ser feito”. (p. 3)	Holden; Linnerud; Banister, 2017

Fonte: Elaborado por Skora com base em Chang, Zuo, Zhao, Ziççante, Gan e Soebarto, 2017, e Duran, Gogan, Artene e Duran, 2015, e Nossa, Rodrigues e Nossa, 2017.

Resumindo essas diversas ideias, Santos e Skora (2018, p. 33, grifos no original) concebem que se “o desenvolvimento sustentável é, **essencialmente, um forte pronunciamento ético e moral quanto ao que deve ser feito**, como apresentado no quadro acima, ou uma **mudança na compreensão do lugar da humanidade no planeta**, muito ainda há de se fazer”.



Muito já foi realizado. Por meio do Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a ONU (2021) publicou vários resultados das ações de desenvolvimento sustentável ocorridas entre os anos 2000 e 2015. Citam-se alguns:

- Os níveis extremos de pobreza decresceram de forma significativa nos últimos 20 anos. Em 1990, quase 50% da população dos países subdesenvolvidos vivia com valores menores do que US\$ 1,20 diários. Em 2015, eram 14%.
- Em 2000, era cerca de 83% a taxa de matrícula líquida no ensino primário nos subdesenvolvidos. Já em 2015, atingiu-se 91%.
- A taxa de mortalidade infantil no mundo reduziu pela metade, de 90 para 43 mortes a cada 1000, se compararmos entre os anos de 1990 e 2015.
- Houve redução das infecções por HIV. Em 2000, os casos eram cerca de 3,5 milhões e, em 2013, o número de casos era de 2,1 milhões.
- A favelização urbana diminuiu. A proporção caiu de cerca de 39,4%, em 2000, para menos de 30% em 2014.

O relatório é enfático ao afirmar que “apesar de terem sido alcançadas concretizações importantes relativamente a muitas das metas dos ODM a nível mundial, os progressos foram irregulares entre as regiões e países, deixando lacunas significativas” (ONU, 2021, p. 8). A percepção de que o desenvolvimento sustentável não tinha sido obtido fica claro ao se ver que milhões de pessoas estão sendo deixadas para trás, em particular mais as que se localizam em regiões globais subdesenvolvidas, ou devido ao gênero, à etnia, à faixa etária, à deficiência ou à localização geográfica.

O avanço foi significativo, pois envolveu várias pessoas e organizações, sendo estas líderes em ações de responsabilidade social. Pela análise dos ODMs, percebeu-se, também, que seria necessário envolver mais as organizações na construção da sustentabilidade e, para isso, uma equalização semântica dos termos envolvidos se fez necessário.

Por meio dessas visões, surgiu o conceito de *triple bottom line* e, ainda, novas ambições para o desenvolvimento sustentável, que lastrearam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de medidas a serem atingidas para que a sustentabilidade seja colocada em prática de forma mais efetiva.



## TEMA 2 – VISÃO HOLÍSTICA DA SUSTENTABILIDADE

Uma obra relevante para a sustentabilidade, do ponto de vista corporativo, teve o ano de 1994 como lançamento. Com isso, denota-se o quão recentemente é o entendimento e a aceitação desse assunto na sociedade, principalmente no que se refere a relação com a economia. O sociólogo britânico John Elkington concebeu o conceito de *Triple Bottom Line* (TBL), ou Tripé da Sustentabilidade. Segundo Elkington (1994), o equilíbrio entre os três pilares garante a sustentabilidade: ambiental, econômico e social (*planet, profit and people*).

### 2.1 Triple Bottom Line

O tripé da sustentabilidade é um conceito que ajuda a traduzir para o ambiente organizacional o entendimento de desenvolvimento sustentável. Ele toma por verdade que as empresas possuem responsabilidades éticas e sociais, o que força o entendimento de que o êxito destas deve ser obtido para além do resultado financeiro. De acordo com o Quadro 3, pode-se perceber exemplos de diversas ações e preocupações que as organizações devem ter cotidianamente:

Quadro 3 – Exemplos de ações e preocupações sociais, ambientais e econômicas

Ações e Preocupações Sociais	Ações e Preocupações Ambientais	Ações e Preocupações Econômicas
<ul style="list-style-type: none"><li>•Ética</li><li>•Salários justos</li><li>•Cumprimento de acordos trabalhistas</li><li>•Clima organizacional bom</li><li>•Impacto no entorno</li><li>•Contribuição com a comunidade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Ambiental (<i>Planet</i>)</li><li>•Impacto no meio ambiente</li><li>•Redução de desperdícios</li><li>•Separação e descarte correto de resíduos</li><li>•Consumo de água e energia reduzido</li><li>•Foco em energias renováveis</li><li>•Pegada de carbono</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Respeito ao fluxo de caixa</li><li>•Cuidado com endividamento</li><li>•Saúde financeira</li><li>•Boa lucratividade</li><li>•Pagamento de fornecedores no prazo</li></ul>

Fonte: Elaborado por Skora, com base em Avila, 2021.

O que o tripé da sustentabilidade defende é que as organizações devem pensar em soluções para esses temas de maneira conjunta. Ao acreditar no TBL, as organizações aceitam que são parte dos problemas que existem no meio ambiente e que a solução para os problemas ambientais deve residir no encontro de propostas que atendam as pessoas, a economia e o planeta.





Elkington (1994) apontou para o fato de que, do ponto de vista econômico, a humanidade busca a criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores, ou seja, que propiciem retorno financeiro. O autor complementa que, na visão ambiental, a sociedade deseja interagir com o meio ambiente de forma a não causar danos irreversíveis, aproveitando os recursos naturais sem esgotá-los. Por fim, analisando sob a perspectiva social, a preocupação reside no estabelecimento de condições de trabalho favoráveis aos trabalhadores, aos diversos *stakeholders* e para a sociedade como um todo.

Figura 1 – Tripé da sustentabilidade



Fonte: Elaborado por Skora com base em Elkington, 1994.

Elkington (1998) recomenda que, para alcançar o *Triple Bottom Line*, são necessárias diversas e novas formas de parcerias. As pessoas e as organizações devem atuar, não pelo conflito, mas por simbiose. As parcerias construídas “ajudarão cada parceiro a realizar as tarefas tradicionais de forma mais eficiente, ao mesmo tempo que fornecem uma plataforma para alcançar objetivos que nenhum dos parceiros poderia esperar para alcançar por conta própria”, conforme Elkington (1998, p. 37).

Defende o autor que a sustentabilidade não pode ser atingida sozinha. É necessário negociar entre pares e não pares. As parcerias serão eficazes e de



longo prazo quando elaboradas entre o público e setores privados, entre as corporações concorrentes entre si ou que se apoiam na mesma cadeia de valor.

Elkington (1998, p. 40) aponta que “no mundo dos negócios, o desempenho ambiental é cada vez mais visto como uma questão competitiva e estratégica para as empresas”. Nesse sentido, a associação de parcerias de corporações com ONGs tem aumentado muito e, assim, empodera-se a possibilidade de práticas de responsabilidade social, não apenas no discurso, mas na prática. Isso é resultante do fato de que cada um concentra suas ações naquilo que é o *core business* de cada um. Empresas buscam lucro, ONGs são especialistas em transformações sociais e ambientais. Com o apoio financeiro das empresas, potencializa-se os resultados tanto das organizações como da imagem das empresas e, assim, estabelece-se a relação ganha-ganha.

Mesmo com os avanços de cada período, o mundo sentia falta de um direcionamento único, de atuação conjunta e coordenada. Algumas medidas capitaneadas pela ONU, como os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), obtiveram muito sucesso nos primeiros anos deste século e, no momento, está em vigor a agenda 2030, tema do próximo tópico.

## **TEMA 3 – AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**

### **3.1 Agenda 2030**

Um dos princípios das Organização das Nações Unidas é o de “realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”, conforme ONU (2021, p. 1). Isso a legitima como entidade amálgama para concentrar as discussões e atividades para o desenvolvimento sustentável, sendo um centro com destinação a harmonizar a ação dos povos para a efetivação dos objetivos de interesse da humanidade.

Legitimada pelos seus princípios e por não ser uma questão de somente alguns líderes, países, empresas, organizações não governamentais ou pessoas, mas de toda a humanidade, em setembro de 2015, a ONU liderou um movimento de consolidar as ações em direção ao desenvolvimento sustentável



em todo mundo, denominado **Agenda 2030**, como apresentam Santos e Skora (2018).

De acordo com esses autores, o processo de construção da Agenda foi democrático, envolvendo consultas públicas, priorizando as temáticas dos novos objetivos após entrevistas com mais milhões de pessoas no mundo. Para sistematizar e apresentar resultados dessa pesquisa, foi elaborado um documento chamado “Uma vida digna a todos”.

A agenda 2030 e os seus objetivos constituem um conjunto integrado e indivisível de prioridades globais para o desenvolvimento sustentável. Trata-se, pois, de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cerca de 170, com o mais amplo entendimento sobre o tema.

Por sua amplitude, ela pode ser um divisor de águas. É o que afirma Carvalho (2015, p. 72): os ODS podem ser “o início de um período de aprimoramento da percepção sobre a relação entre os desafios ambientais e os compromissos do desenvolvimento humano” atuais, dado que a agenda reconhece a necessidade de considerar as dimensões social, econômica e ambiental de maneira equilibrada e integrada.

A partir da Agenda 2030, a visão de que, em termos de sustentabilidade, não se pode “não deixar ninguém para trás” ganhou destaque especial. A compreensão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é apresentada no tópico a seguir.

### **3.2 As cinco áreas de atenção do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**

Para PNUD (2021, p. 1), os ODS são “o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030. Os objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental”, incorporando o conceito do tripé de sustentabilidade ou *Triple Bottom Line*.

Santos e Skora (2018, p. 39) acreditam que uma forma de compreender os ODS é como se estes fossem uma “lista de tarefas que todos os *stakeholders* devem cumprir, sejam eles governos, sociedade civil, setor privado, ou seja, abrange o compromisso de todas as pessoas físicas e jurídicas na jornada mútua para a obtenção de um futuro próximo sustentável”.



Essas “tarefas”, por assim se dizer, podem ser divididas em cinco áreas, de acordo com os objetivos que as integram, a saber: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

Quanto à categoria **pessoas**, os ODS preconizam que “acabar com a pobreza e a fome é fundamental, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável” (ONU, 2021, p. 1).

Quanto ao **planeta**, a ideia que perpassa os ODS é a determinação de proteger o “planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras” (ONU, 2021, p. 1).

A ONU (2015, p. 1) defende a ideia de que, por meio dos ODS, a **prosperidade** deve ser compartilhada com “todos os seres humanos, de forma que possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza”.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável buscam promover a **paz**. Deseja-se “promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável” (ONU, 2021, p. 1).

E, por fim, acredita-se que o desenvolvimento sustentável deve ser obtido por meio da **parceria**. A ONU (2021, p. 1) defende a “mobilização dos meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada” e, para isso, deve contar com um espírito de solidariedade mundial, com foco nas necessidades das populações desafortunadas e vulneráveis, contando com a participação de todas as nações, *stakeholders* e pessoas.

### 3.3 Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

De acordo com a ONU (2021, p. 1), os ODS envolvem temáticas diversificadas, como “erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo e mudança do clima”. A Figura 2 os representa graficamente.

Figura 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, [S.d.].

Observa-se que são inúmeros os objetivos. Além daqueles citados anteriormente, também fazem parte da preocupação dos ODS as cidades sustentáveis, o crescimento econômico inclusivo, o acesso à infraestrutura, a industrialização e a proteção e o uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres. Por fim, objetiva-se construir um sistema de governança e possibilitar meios de implementação dos ODS. Como forma de compreender estes objetivos, aprofunda-se a explicação deles.

### 3.3.1 Objetivo 1 – Erradicação da pobreza

Esse objetivo intenciona acabar com a pobreza, entendida com espectro amplo, quanto às suas formas e lugares, até 2030. Para a ONU (2021), por meio dos Objetivos do Milênio (ODM), em 2000, o mundo comprometeu-se com a redução do número de pessoas vivendo em extrema pobreza e alcançou ganhos notáveis, já que metade daqueles que viviam nessa situação ampliou a sua condição de desenvolvimento humano. Estima-se que 1,1 bilhão de pessoas deixaram a pobreza desde 1990.

No entanto, ainda há muito a se realizar. A supressão da pobreza extrema ainda é um desafio, já que temos mais de 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de dois dólares por dia e mais da metade da população do planeta sobrevive com menos de oito dólares diários (ONU, 2021).



### 3.3.2 Objetivo 2 – Fome zero e agricultura sustentável

A intencionalidade do ODS 2 é o de “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e nutrição adequada para todos, e promover a agricultura sustentável”, nos termos da ONU (2021, p. 1). A Organização das Nações Unidas defende que, durante os últimos 20 anos, o crescimento econômico acelerado e o incremento tecnológico na agricultura propiciaram a redução em cinquenta por cento da proporção de pessoas subnutridas no mundo. Esse avanço foi muito significativo.

No entanto, ressalta-se que cerca de 800 milhões de pessoas no mundo viviam sob a condição de desnutrição crônica em 2014. Fome Zero e Agricultura Sustentável, para a ONU (2021, p. 1), significa “acabar com todas as formas de fome e má-nutrição até 2030, de modo a garantir que todas as pessoas – especialmente as crianças – tenham acesso suficiente a alimentos nutritivos durante todos os anos”.

Sobre esse objetivo, Santos e Skora (2018) acreditam que a melhor forma para o viabilizar se dá por meio de práticas agrícolas sustentáveis, com o acesso equitativo à terra, a valorização da agricultura familiar, o uso da tecnologia de modo adequado a todos e acesso ao mercado para a distribuição da produção.

### 3.3.3 Objetivo 3 – Saúde e bem-estar

Ao observar os avanços ao longo dos anos na temática desse objetivo, Santos e Skora (2018) apontam que

notáveis foram os avanços nos últimos anos para a ampliação do acesso a saúde de qualidade no mundo. O desenvolvimento das pesquisas médicas, a disseminação das campanhas de vacinação e o uso de novas tecnologias têm propiciado salvar vidas. Em tempos de pandemia, isso é, ainda mais compreensível.

No entanto, tais alcances não são suficientes para garantir o desenvolvimento sustentável na área. A ONU (2021) defende que, apesar do progresso, as doenças crônicas e os impactos dos desastres naturais na humanidade continuem de forma significativa para que privações ocorram bem como a existência da pobreza. Outro ponto alarmante consiste na existência em índices alarmantes de mortes ocasionadas por doenças não transmissíveis, tais como as complicações cardiovasculares e respiratórias, o câncer e a diabetes.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, é o terceiro objetivo do desenvolvimento sustentável.

### **3.3.4 Objetivo 4 – Educação de qualidade**

A promoção da capacitação e do empoderamento dos indivíduos é o centro desse objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas, de acordo com a ONU (2015). Sabe-se que o número de analfabetismo no mundo tem sido reduzido sistematicamente, mas isso não é suficiente. O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos de 2015, editado pela Unesco, preconiza que ainda há 781 milhões de adultos não alfabetizados no mundo. Pretende-se fornecer educação equitativa e inclusiva de qualidade e condições contínuas de aprendizagem para todos.

### **3.3.5 Objetivo 5 – Igualdade de gênero**

Com esse objetivo, pretende-se atingir a condição de oportunidades iguais, sem distinção de gênero, por meio do empoderamento das mulheres e das meninas no mundo todo. A ONU (2021, p. 1) defende que a “igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável”. Compreende-se que o empoderamento feminino se dá por meio do incentivo à participação na política, na economia e em áreas responsáveis pela tomada de decisão, tais como governos e corporações.

Claramente, “defende-se que não teremos o desenvolvimento sustentável sem que barreiras tangíveis e intangíveis sejam quebradas, de modo que sejam limpos os entraves que impedem o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades de meninas e mulheres”, utilizando-se as palavras de Santos e Skora (2018, p. 48).

### **3.3.6 Objetivo 6 – Água potável e saneamento**

Sena et al (2016, p. 686) defendem que

apesar dos dados mostrarem grandes avanços tanto nos municípios do semiárido, assim como nos demais do Brasil, entre os anos de 1991 a 2010, ainda se faz necessário esforços, investimentos e priorização de intervenções que possam permitir a redução de iniquidades sociais e de saúde.





Desse modo, é necessário assegurar a disponibilidade, a gestão sustentável da água e o saneamento para todos. A ONU (2021, p. 1) acredita que:

a água está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três dimensões – ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos bem como os serviços a eles associados sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental.

Acredita-se que é possível “trilhar um novo caminho que nos leve à realização deste objetivo, por meio da cooperação internacional, proteção às nascentes, rios e bacias e compartilhamento de tecnologias de tratamento de água”, conforme (ONU, 2021, p. 1).

### **3.3.7 Objetivo 7 – Energia acessível e limpa**

Santos e Skora (2018) apontam que é desnecessário discorrer sobre a importância da energia para a vida moderna. Ela é vital para movimentar a economia e, por isso, deveria ser acessível a todos. Outro aspecto salientado pelos autores é que esta deveria ser prioritariamente gerada por meio de fontes renováveis limpas.

A geração de energia ocorre. A questão que se coloca é a forma pela qual se produz energia e para quem ela é disponibilizada. A demanda por energia aumentará muito nos próximos anos, e ela deve ser confiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.

Esse é o ODS número 7. A ONU (2021) preconiza que os combustíveis fósseis e as respectivas emissões da sua queima que geram os gases de efeito estufa provocam mudanças drásticas no clima. Desta forma, sabe-se que atender às necessidades das pessoas e os interesses econômicos e, concomitantemente, proteger o meio ambiente é condição essencial para o desenvolvimento sustentável.

### **3.3.8 Objetivo 8 – Trabalho decente e crescimento econômico**

Postos de trabalho em condições seguras e saudáveis são, obviamente, direitos dos trabalhadores para que possam laborar e proteger-se de possíveis acidentes. Santos e Skora (2018) defendem que disponibilizá-los é, pois, uma ação que está relacionada não somente ao desenvolvimento sustentável, mas





também à responsabilidade social. Buscar o pleno emprego e o trabalho decente para todos é o foco do nono objetivo.

Sabe-se que, no longo prazo, a falta de equidade nas oportunidades de acesso à renda e, doravante, a sua desigualdade provocam empecilhos no alcance do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a ONU (2021, p. 1) acredita que “os mais vulneráveis, muitas vezes, têm menores expectativas de vida e apresentam dificuldades de se libertarem de um círculo vicioso de insucesso escolar, baixas qualificações e poucas perspectivas de empregos de qualidade”.

Compreende-se que os esforços para a revitalização econômica das comunidades são cruciais para contribuir para criar melhores condições para a estabilidade e a sustentabilidade de um país. Ao analisar essa questão, Santos e Skora (2018, p. 51) apontam que “uma das formas para se propiciar isso é desbloquear as condições não favoráveis ao empreendedorismo bem como promover a criação de empregos em negócios sustentáveis”.

Continuam esses autores a afirmar, em adição, que outro aspecto fundamental para se garantir o trabalho decente é “combater o tráfico de seres humanos, o trabalho forçado e formas análogas de trabalho escravo, de modo a garantir a todos e todas o alcance pleno do seu potencial e capacidades”, como expressam Santos e Skora (2018, p. 51).

Cabe esclarecer esse controverso conceito – o trabalho análogo ao trabalho escravo. Diz Lyra (2014) que, para fins de legislação, considera-se trabalho realizado em condição análoga à de escravo o que resulte das seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente:

- a submissão de trabalhador a trabalhos forçados;
- a submissão de trabalhador a jornada longa, exaustiva;
- a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho;
- a restrição da locomoção do trabalhador, ocasionada por meio de dívida contraída ou pelo cerceamento do direito de ir e vir, ou ainda por retenção por qualquer outro meio no local de trabalho;
- a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou do seu preposto, com o fim impedi-lo a deixar o local de trabalho;
- a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou do seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho.



São estas ações exploratórias que esse objetivo se destina a combater.

### **3.3.9 Objetivo 9 – Promover a industrialização sustentável**

A ONU (2021) acredita que um futuro sustentável será construído por meio da construção de infraestruturas resilientes, por meio do empenho em se obter a industrialização inclusiva e sustentável e do fomento da inovação. Mais uma vez, vê-se uma intersecção entre a economia e o meio ambiente. Muitos são os aspectos relacionados que justificam uma ação coordenada ao processo de inovação industrial:

- Investimentos em infraestrutura e em inovação são condições basilares para o desenvolvimento econômico e social dos países.
- Por meio de uma rede de transporte público e do acesso a uma infraestrutura urbana de qualidade, pode-se ampliar as condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável.
- A promoção de eficiência energética, o desenvolvimento das tecnologias e a inclusão social são temas cruciais para a solução de desafios da sustentabilidade.
- Garantir que os avanços tecnológicos sejam propiciados a todos é uma forma de promover a informação e conhecimento de maneira inclusiva.
- Valorizar a micro e a pequena empresa.
- Levar a modernização dos sistemas financeiros e produtivos aos mais vulneráveis.

### **3.3.10 Objetivo 10 – Reduzir as desigualdades dentro e entre países**

Segundo o UOL (2017, p. 1):

as desigualdades aumentaram profundamente no mundo desde a década de 1980, em particular nos Estados Unidos, de acordo com um estudo coordenado por vários economistas, que se mostram preocupados com o possível agravamento da situação até 2050.

Essa notícia reflete uma posição preocupante e reforça a necessidade de redução das desigualdades dentro e entre as nações. Para a ONU (2021), outro ponto importante do ODS 10 é o desafio atual das migrações e o fluxo de pessoas que se movem de regiões de conflitos para áreas mais seguras, ou ainda devido a catástrofes climáticas ou perseguições políticas, religiosas ou



étnicas. Reduzir as desigualdades é crucial para que ocorra a promoção de oportunidades para essas pessoas excluídas no caminho do desenvolvimento.

### **3.3.11 Objetivo 11 – Construir cidades inclusivas, seguras e sustentáveis e assentamentos humanos**

Skora (2016, p. 1) aponta que “ao longo do tempo, por meio da transformação dos espaços geográficos que ocupa e ocupou, o homem experimentou diversas formas de se relacionar com a natureza, porém quase sempre a desprezando”. A ilusão da abundância de disponibilidade de terras deu ao homem a sensação de que os recursos seriam para sempre abundantes, o que não ocorre em um mundo com bilhões de pessoas.

Precisamos acreditar que podemos garantir, universalmente, o acesso de habitação segura, adequada e a preço acessível. Por que não pensar em um mundo em que o transporte público seja majoritário a todos os demais? Que sejamos capazes de propiciar proteção para as catástrofes, principalmente para os pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade?

Não seria bom um mundo em que tivéssemos o fim de obstáculos físicos para pessoas com deficiência em todas as edificações? Todos os sonhos descritos aqui são algumas das 11 ações previstas no sentido de melhorar a ocupação dos espaços pelo homem, previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relativos a esse objetivo, conforme Skora (2016).

### **3.3.12 Objetivo 12 – Promover o consumo e produção sustentáveis**

A ONU (2021) defende que, para alcançar as metas desse ODS, é necessário alterar os padrões de consumo e produção mundial, que se configuram como medidas de fulcro ímpar na redução do impacto sobre o meio ambiente.

Santos e Skora (2018, p. 55) lembram que “há a plena consciência de que o problema não é o consumo, afinal ele é fundamental para a vida e a sobrevivência de qualquer espécie. Como seres vivos, precisamos respirar, consumir a água e alimentos”. Como em quase tudo na vida é o exagero. Para o exagero de consumo, cunhou-se a expressão *consumismo*, ou seja, a geração de desperdícios ou de acúmulo de coisas, obrigando o planeta a extinguir mais recursos naturais do que seriam necessários e, ainda, de forma mais rápida.



A ONU (2021, p. 1) acredita que “a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais são ferramentas-chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo”.

### **3.3.13 Objetivo 13 – Ação contra a mudança global do clima**

Santos e Skora (2018) dizem que o escopo do objetivo do desenvolvimento sustentável 13 é promover ações em todos os níveis para combater as alterações climáticas, notadamente aquelas percebidas no clima. Os autores defendem que a mobilização dos diversos agentes sociais é necessária, pois, com sua influência, possam ocorrer mudanças para impedir que as catástrofes futuras se tornem realidade. Como exemplo, acredita-se que, sem executar uma ação efetiva para fazer frente à mudança do clima, a temperatura do planeta poderá adicionar mais três graus Celsius à média anual, conforme a ONU (2021), e isso ocorreria até o final do século XXI.

A ONU (2021) aponta que os impactos da alteração climática estão desconfigurando as relações econômicas nacionais e impactando seres humanos em todos os lugares. Obviamente, os impactos atingem, de modo mais efetivo, aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, seja nos países em desenvolvimento, seja em países desenvolvidos. Também podem ser atingidas pessoas nas maiores nações ou em pequenas nações, como a Tuvalu, que abordamos na introdução inicial deste texto.

### **3.3.14 Objetivo 14 – Atingir a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos, de oceanos e mares**

A questão da água é tão fundamental para a humanidade que, diretamente, recebeu dupla atenção. O objetivo 6 aborda a disponibilidade para todos de água potável e saneamento e o 14 enfoca a conservação da vida na água. O Greenpeace (2016) apresenta algumas informações que reforçam a preocupação que a humanidade precisa ter quanto a esse ODS, sendo promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, bem como conservá-los para o desenvolvimento sustentável. Vejamos:

- 8 milhões de toneladas de lixo por ano chegam aos mares e oceanos.



- A quantidade exata de plásticos nos mares é desconhecida, mas estima-se que seja entre 5 a 50 trilhões fragmentos de plástico, não incluindo peças no fundo do mar ou nas praias.
- Existem cinco imensas ilhas de lixo formadas, principalmente, por microplásticos, um pouco semelhantes a uma "sopa": dois no Pacífico, dois no Atlântico e um no Oceano Índico.
- Estima-se que, até 2020, o ritmo de produção de plásticos terá aumentado em 900% com em relação aos níveis de 1980 (mais de 500 milhões de toneladas por ano). Metade desse aumento ocorrerá somente na última década.

A ONU (2021) lembra que mares e oceanos são essenciais para que a humanidade obtenha provisão de segurança alimentar, opções de transporte, fornecimento de energia, exploração do turismo e outras atividades. Além disso, sabe-se da importância dos oceanos na regulação da temperatura global, mas eles também são relevantes para a existência de diversos ecossistemas.

### **3.3.15 Objetivo 15 – Proteger e restaurar os ecossistemas terrestres e parar a perda de biodiversidade**

“Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da vida terrestre” é o que se espera com o ODS 15, conforme ONU (2021, p. 1).

Um exemplo dessa necessidade é apresentado pela FAO (2018). O relatório “O Estado das Florestas no Mundo” mostra que, entre 1990 a 2015, a área da Terra coberta por florestas caiu de 31,6% para 30,6%. Para a FAO, a queima de combustíveis fósseis é a primeira causa das mudanças climáticas; logo em seguida, surge o desmatamento. Por exemplo, infelizmente, as emissões geradas pela destruição da cobertura vegetal são maiores do que as de todo o setor de transporte.

A ONU (2021) nos ensina que o homem e as demais formas vivas que habitam o planeta dependem da natureza para terem as condições da sua sobrevivência. Ela fornece alimento, ar puro, água limpa e outros insumos essenciais. Saber usar, de modo responsável, os recursos naturais em cadeias



produtivas e em atividades de subsistência de comunidades, bem como integrá-los em políticas públicas é tarefa significativa para o êxito nas metas do ODS 15.

### **3.3.16 Objetivo 16 – Construir sociedades pacíficas e inclusivas, leis de direito e instituições capazes e eficazes**

O custo da corrupção no Brasil é exorbitante. Os recentes fatos noticiados e tantos outros ainda escondidos nos mostram o motivo pelo qual devemos “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis”, como acredita a ONU (2021, p. 1) ao defender o décimo sexto objetivo do desenvolvimento sustentável.

Além disso, outros aspectos fazem parte das metas desse objetivo: o combate à exploração sexual, a erradicação ao tráfico de pessoas e o combate à tortura. Em adição, aponta-se o enfrentamento ao terrorismo e a práticas criminosas, especialmente aquelas que ferem os direitos humanos.

Como paliativo para minimizar esse problema, Santos e Skora (2018, p. 59) acreditam que “as instituições fortes, operando de forma inclusiva e transparente, ampliam a possibilidade da manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos”.

### **3.3.17 Objetivo 17 – Fortalecer e melhorar os meios de implementação e parceria global para o desenvolvimento sustentável**

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável corresponde ao objetivo dezessete. A ONU (2021) reconhece que o seu papel é fundamental para unir esforços na direção de um ambiente sustentável. No entanto, tal papel não é responsabilidade única da Organização das Nações Unidas.

Defende-se que o compromisso só será possível com a adesão de nações diversas em um espírito de cooperação entre a comunidade internacional, de modo a propiciar uma parceria global que inclua todos os *stakeholders* mundiais atuando em favor do planeta.



## TEMA 4 – SDG COMPASS: ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

### 4.1 Implantando a sustentabilidade nas organizações

Chakravorti (2017) defende que os ODS têm potencial para fornecer, pela primeira vez, um quadro para mobilizar as empresas a investirem em desenvolvimento de forma contínua e escalável, ao mesmo tempo em que busca os seus interesses comerciais. Em adição, Mazzali, Schleder e Pedreira (2013, p. 22) estabelecem que a “mudança de um modelo voltado apenas para a busca e maximização de resultados econômicos para um modelo de gestão sustentável, em que são consideradas as demandas de todos os *stakeholders*, é uma verdadeira quebra de paradigma empresarial”.

Isso ocorre uma vez que “a preocupação com posturas socialmente corretas, ambientalmente justas e economicamente viáveis estará cada vez mais presente entre os temas de gestão”, conforme defendem Aligleri, Aligleri e Krugliankas (2009, p. 8). Trata-se de um caminho a se seguir em um ambiente dominado, normalmente, pela busca do lucro incessante.

Santos e Skora (2018, p. 61) detalham que as iniciativas como o *Global Reporting Initiative* (GRI), Pacto Global e *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) servem “como diretriz para implantação não só dos ODS, mas de políticas de sustentabilidade alinhadas as tendências mundiais. Em um setor em que muitos falam, trata-se de uma orientação ao agir”.

Para que se possa saber de que se trata essas iniciativas, passa-se a detalhar a forma pela qual as organizações podem implantar ações de responsabilidade social em sua estratégia de maneira a sedimentar uma ação em prol do desenvolvimento sustentável de maneira autêntica.

### 4.2 Etapas da implantação da sustentabilidade nas organizações

O roteiro de implantação dos objetivos de desenvolvimento sustentável nas estratégias das empresas pressupõem cinco etapas. Na primeira etapa da implantação das ODS na estratégia das organizações, preconiza-se a **familiarização com os ODS**, conforme *SDG Compass* (2021). Acredita-se que, mediante o desenvolvimento e a entrega de soluções para o alcance dos ODS,





as organizações signatárias terão a possibilidade de identificar novas oportunidades de crescimento e reduzirão os seus perfis de risco.

As empresas podem utilizar os ODS como um referencial global para moldar, conduzir, comunicar e relatar as suas estratégias, metas e atividades, aproveitando de benefícios, tais como: a identificação de oportunidades de negócios futuras, o aumento do valor da sustentabilidade corporativa ou, ainda, estabilizar sociedades e mercados, como aduzem Santos e Skora (2018).

O próximo passo consiste em **definir prioridades**. Os apoiadores das ODS nas organizações acreditam que, a fim de aproveitar as oportunidades de negócios mais relevantes apresentadas pelos ODS e decrescer os riscos, as empresas devem ser estimuladas a definir as suas prioridades com base em uma métrica do seu impacto, sejam positivos ou negativos, atual ou potencial, em cada um dos 17 ODS por meio da identificação da sua cadeia de valor.

Chakravorti (2017, p. 6) acredita que as prioridades de ação são aquelas em que a “empresa pode ter resultados significativos e que, por sua vez, pode ter o impacto mais amplo e profundo na sociedade em geral”.

SDG *Compass* (2021) recomenda que as organizações considerem toda a cadeia de valor como o ponto de início para a avaliação do impacto causado pela empresa e para a definição das prioridades de atuação a ser planejada e executada de forma direta ou indireta, de modo que se permita a compreender os impactos negativos atuais ou potenciais em um ou mais ODS.

Como terceira etapa da implantação das ODS, recomenda-se **estabelecer metas**. Santos e Skora (2018), ao verificar o SDG *Compass*, entendem que em qualquer atividade empresarial, o estabelecimento de métricas que resultem em metas e indicadores é crucial para o sucesso do negócio e ajuda a identificar as prioridades compartilhadas em toda a organização. Desta forma, os autores apontam que, mediante o alinhamento dos objetivos da empresa com os ODS, a gestão estratégica organizacional se empodera, permitindo tornar evidente o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Alerta-se que uma das medidas essenciais dessa fase é a seleção de indicadores-chave de desempenho (KPIs), já que é dessa forma que será medido o desempenho das suas atividades. Isso é crucial para as demais etapas.





A *SDG Compass* (2021) aponta que a integração da sustentabilidade no negócio principal e na governança, e a incorporação das metas de desenvolvimento sustentável em todas as funções da empresa é o modo pelo qual se pode atingir os resultados das metas estabelecidas na etapa anterior.

Um exemplo de empresa que integrou os ODS nas suas metas de gestão é a Schneider Electric, especialista global em gestão de energia, com soluções de energia e controle, energia crítica, eficiência energética, automação e energia. Uma rápida busca na internet sobre a empresa poderá esclarecer a forma prática de se fazer isso.

Tendo em vista a realização dos seus objetivos compartilhados ou a contribuição para a solução de problemas ambientais sistêmicos, Santos e Skora (2018) acreditam que as organizações que aderem aos ODS na sua estratégia constroem redes de parcerias com os seus fornecedores, governos, organizações da sociedade civil e até concorrentes. O que desponta na visão dos autores é envolver todos os *stakeholders* da organização por meio de princípios e de valores, de modo que o compromisso da alta liderança da organização se faz ainda mais importante.

Em pequenas e médias organizações, a ação do proprietário ou do principal gestor é fundamental para que a sustentabilidade seja incorporada no dia a dia da empresa e transborde em todas as direções da sua cadeia de valor. Nas grandes organizações, acredita-se que é necessário o empoderamento dos Conselhos de Administração, já que definem as macroestratégias organizacionais e podem influenciar, de modo efetivo, para que ocorra a integração de metas de sustentabilidade na estratégia empresarial de longo prazo. “Conselhos podem desempenhar um papel importante, por exemplo, integrando objetivos de sustentabilidade nos critérios de recrutamento e remuneração da gestão executiva” (SDG *Compass*, 2021, p. 1).

Como última etapa, a *SDG Compass* (2021) recomenda o **relato e comunicação**. Mais do que uma visão de *marketing* ou de preocupação com os mercados de atuação da organização, comunicar os avanços da empresa também é uma forma de impactar mais organizações e as suas pessoas a favor da sustentabilidade.

Nas palavras de Santos e Skora (2018, p. 63), a comunicação:

é fundamental que ela seja feita por meio de padrões estabelecidos pelos organismos nacionais e internacionais relacionados às ODS, uma vez que, dessa forma, facilita-se compreender o avanço dos



objetivos do desenvolvimento no país e no planeta como um todo. Isso também contribui para o processo de benchmarking, em que boas estratégias adotadas por uma organização podem influenciar ações em outras empresas.

Chakravorti (2017, p. 7) defende que os ODS “fornecem uma estrutura poderosa para as empresas se mobilizarem, organizarem-se internamente e com seus parceiros, e tomar medidas”. No entanto, apesar de todos os esforços realizados por diversos grupos para expandir a ação das ODS no meio empresarial, os resultados são tímidos.

Uma pesquisa feita entre aqueles que já aderem o SDG *Compass* relata isso, conforme a Rede Brasil do Pacto Global, em publicação do PNUD (2021). Em um universo de 21 empresas brasileiras pesquisadas, de diversos segmentos, embora existam empresas ainda focadas em entender os ODS (14,3%), a maior parte já trabalha na definição de prioridades (42,9%).

Diz a publicação que o fato de os ODS terem sido lançados no final de 2015 pode explicar por que mais da metade das companhias pesquisadas (57,2%) ainda esteja nos estágios 1 (entendendo os ODS) e 2 (definindo as prioridades), conforme PNUD (2021).

Ressalta-se que poucas empresas (4,8%) se encontram no estágio de estabelecimento de metas, mas uma parcela significativa das empresas (19%) se encontra em um estágio avançado, integrando os ODS na sua estratégia e gestão.

Santos e Skora (2018) destacam que o avanço para superar os desafios para o desenvolvimento sustentável são tímidos, no entanto, em se tratando de ações em prol da sustentabilidade, todo empenho e envolvimento deve ser comemorado.

A responsabilidade social e o comportamento ético podem contribuir para isso, pois geram maior engajamento das pessoas e, assim, estas conseguem entender as razões para pressionar que organizações e governos se conscientizem da necessidade de atuação efetiva em termos de sustentabilidade.



## TEMA 5 – O MODELO ESG (GOVERNANÇA AMBIENTAL, SOCIAL E CORPORATIVA) COMO INDICADORES PARA AS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE

### 5.1 Modelo ESG

Como apontado, a etapa de estabelecer metas é uma das mais importantes para a implantação da sustentabilidade por meio da metodologia do *SDG Compass*. Santos e Skora (2018) defendem que uma das melhores formas de uma empresa, independente do porte, mas, especialmente as pequenas e médias, recorrer a uma outra metodologia, denominada ESG para orientar, mensurar, avaliar e relatar os avanços auferidos pelas políticas e práticas sustentáveis por ela implementados.

O ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance*) é um conjunto de princípios e indicadores que pautam fundo de ativos de empresas responsáveis com o planeta, com a sociedade, com a saúde. Destacam Kocmanová e Kocmanová (2012) que o ESG consiste em uma “série de indicadores ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) que refletem a evolução das mudanças no desenvolvimento da empresa no período especificado”.

Sua história tem relação com reverendos, que, em 1971, buscaram investir em empresas que se destacavam em responsabilidade social e excluir os seus investimentos de empresas que estavam contribuindo com a Guerra do Vietnã. Outro marco de expansão desse conceito deu-se em 1977, com a divulgação dos Princípios de Sullivan, uma conduta para as empresas, escrito pelo ativista de Direitos Civis que empresta o nome à iniciativa. Outro marco, foi o uso do ESG como forma de combater a segregação racial do Apartheid na África do Sul, como afirma Puaschunder (2018).

O estudo de Limkriangkrai, Koh e Durand (2016) é um exemplo de como as classificações ambientais (E), sociais (S), de governança corporativa (G) que integram o modelo ESG é utilizado para verificar o retorno de investimento em ações. Esses autores defendem que o retorno sobre os investimentos aos acionistas, bem como do incremento em captação de fundos é maior nas empresas listadas em bolsa de valores com altas classificações nesse *index*.



Em se pensando em uma forma de estabelecer um padrão para a criação de metas, e consequentemente indicadores para mensurar o nível de adesão e avanço das práticas sustentáveis por uma empresa, percebe-se que o olhar sobre a sua operação à luz do ESG é exatamente coincidente com o propósito do olhar para os 17 ODS. Em uma MPE (média e pequena empresa), mesmo não sendo eleita para receber investimentos vultuosos, o ESG também pode ser indicado como parâmetro para o estabelecimento de indicadores.

## 5.2 Indicadores de sustentabilidade

Pode-se afirmar isso com base nos pilares que constituem o modelo ESG, muito semelhantes ao proposto pelo *Triple Bottom Line*, estabelecido por Elkington (1994), a saber:

Figura 3 – Pilares do ESG

E	S	G
<b>Ambiental</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pegada de Carbono</li><li>• Emissões tóxicas</li><li>• Gestão de resíduos</li><li>• Fonte da matéria prima</li><li>• Consumo de água</li><li>• Biodiversidade</li><li>• Financiamento sustentável</li><li>• Energia renovável</li><li>• Manejo da terra</li></ul>	<b>Social</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Condições de trabalho</li><li>• Segurança do produto</li><li>• Qualidade do produto</li><li>• Saúde &amp; Segurança</li><li>• Segurança química</li><li>• Capital humano</li><li>• Nutrição</li></ul>	<b>Governança Corporativa</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura da diretoria</li><li>• Auditoria</li><li>• Ética nos negócios</li><li>• Corrupção</li><li>• Solidez financeira</li><li>• Controle acionário</li><li>• Independência do conselho</li><li>• Diversidade do conselho</li><li>• Direitos dos acionistas</li></ul>

Fonte: XP Investimentos, 2020.

Skora e Regina (2020) realizaram o cotejamento dos ODS com o modelo ESG e verificaram que os ODS de números 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14 e 15 respondem ao pilar **Ambiental**. Esses autores elencaram maneiras de medir a contribuição das organizações para os propósitos dessa temática. Skora e Regina (2020, p. 12) detalham que para medir os resultados de políticas e práticas ambientais podem-se utilizar os seguintes indicadores:

- volume de água utilizada
- volume de água reutilizada
- número de iniciativas para redução do uso da água
- percentual de reduções alcançadas.
- volume do consumo direto de energia de fontes primárias
- volume do consumo indireto de energia de fontes primárias



- número de iniciativas implementadas para reduzir o consumo direto e indireto de energia
- percentual de redução do consumo de energia
- mapeamento e análise de consumo de energia indevido
- percentual de materiais utilizados e materiais reciclados
- volume de resíduo gerado
- volume do resíduo tratado
- volume de resíduos perigosos
- mapeamento e classificação do tipo de resíduo
- mapeamento dos tipos de tratamento de resíduo gerado
- identificação e mensuração dos óxidos de nitrogênio (NOx) e os óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso
- número de iniciativas implementadas para compensação do efeito dos gases nocivos à atmosfera.

Por sua vez, entendendo a relação entre o Eixo S, de Social, Skora e Regina (2020) entenderam que ali residem a maior abrangência dos ODSs. Para os autores, estão relacionados, direta ou indiretamente, os ODSs 1,2,3,4,5, 8, 10 e 16. Para esse ponto, uma empresa de porte pequeno ou médio pode utilizar os seguintes KPIs para estabelecer metas e relatar seu nível de desenvolvimento sustentável:

- Percentual de contratos firmados com fornecedores que contém cláusulas relativas à garantia dos direitos humanos.
- Número de horas de treinamentos realizados junto aos funcionários com foco na conscientização para o tema de direitos humanos.
- Percentual de funcionários treinados
- Total de empregados contratados e seus modelos de contratação, com base na análise de gênero.
- Benefícios concedidos aos funcionários CLT, tempo integral, versus jornada reduzida, versus terceirizados.
- Índices de contratação e turnover, considerado os marcadores sociais de grupos minorizados.
- Mapeamento da diversidade, considerando as posições mais seniores versus posições de base.
- Número de denúncias de incidentes discriminatórios, trabalho forçado, assédio moral e número de ações tomadas com foco corretivo.
- Número de acidentes de trabalho.
- Número de acidentes por não conformidade com as diretrizes de segurança.
- Iniciativas com foco em conscientização e prevenção dos riscos existentes.
- Implementação de programas de prevenção a doenças crônicas, para funcionários, familiares ou até mesmo para membros da comunidade.
- Índices de doenças ocupacionais, número de afastamentos, dias perdidos por motivo de doença. (Skora; Regina, 2020, p. 14)

Como eixo final do modelo ESG, temos a Governança Corporativa, que se relaciona diretamente ao ODS 17, pois ele sintetiza o papel que cada setor tem para fortalecer o desenvolvimento sustentável e a importância das parcerias, alianças multissetoriais para potencializar os resultados, como aduzem Skora e



Regina (2020). Esses pensadores sugerem, para PMEs, os seguintes índices de monitoramento:

- Existência de mecanismo que dialoguem com os principais públicos de interesse.
- Frequência do envolvimento destes públicos.
- Metodologia de resposta aos apontamentos identificados nos diálogos.
- Mapeamento da diversidade, considerando as posições mais seniores versus posições de base.
- Número de incidentes em não conformidade com as políticas internas vigentes. (Skora; Regina, 2020, p. 15)

Os indicadores precisam ser balizados, a partir das escolhas das ações realizadas e da análise do contexto operacional. Metas podem ser estipuladas, mas elas precisam ser coerentes com o grau de maturidade e com o grau evolutivo do processo de mudança que a empresa se propôs a perseguir.

## FINALIZANDO

A responsabilidade social foi aceita por muito tempo mais como evento do que como processo. As empresas utilizavam datas festivas para praticar ações de benevolência e, com isso, ganhavam pontos junto a melhoria da imagem. Atualmente, tal medida é vista apenas como mero proselitismo. Os consumidores, mais atentos, querem que as corporações tenham atitude responsável e, para isso, foram estruturados objetivos que possam, de maneira ordenada e coligada, garantir avanços para a sustentabilidade.

Além de ações efetivas para promover a sustentabilidade, as pessoas e organizações precisam entender claramente o significado desse termo e isso, desde Elkington (1994) é realizado por meio do *Triple Bottom Line*. Sabe-se que ao se pensar em soluções para atuação em responsabilidade social no campo ambiental, automaticamente deve-se perceber os impactos econômicos e sociais. Isso vale qualquer um dos três campos envolvidos. Uma atuação sustentável envolve economia, sociedade e meio ambiente.

À primeira vista, isso pode parecer muito complexo, porém, por meio de ações capitaneadas por organismos mundiais, como a Agenda 2030, o mundo caminha, mesmo que devagar, para atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades, como preconiza o melhor entendimento sobre desenvolvimento sustentável.



## REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANKAS, I. **Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.
- AVILA, R. **Triple bottom line: o tripé da sustentabilidade**. Disponível em <<https://sustentabilidadeagora.com.br/tripe-da-sustentabilidade-triple-bottom-line/>>. Acesso em: 9 set. 2021.
- CARVALHO, A. Objetivos do desenvolvimento sustentável. **GV-executivo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72, jul./dez., 2015.
- CHAKRAVORTI, B. How companies can champion sustainable development. **Harvard Business Review**, [S.l.], mar. 2017
- DORAN, P. Children, poverty and the sustainable development goals. **Children & Society**, [S.l.], v. 31, p. 157-165, 2017.
- ELKINGTON, J. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. **Australian CPA**, v. 69, p. 75, 1994.
- ELKINGTON, J. Partnerships fromcannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. **Environmental Quality Management**, 8(1),1998, p. 37-51.
- FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017.
- FAO. **The state of the world's forests: forest pathways to sustainable development**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2018.
- GOMES, A. S. Vamos fazer o que nunca fizeram antes: entrevista de Al Gore. **HSM Management**, Barueri, n. 106, p. 26-30, set./out. 2014.
- GREENPEACE. **Plásticos en los oceanos: datos, comparativas e impactos**. Madri: Greenpeace Espanha, 2016.
- LYRA, A. R. T. da C. O enfrentamento do trabalho em condição análoga à de escravo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 213-227, 2014.
- MAZZALI, R.; SCHLEDER, A., PEDREIRA, R. E. **Gestão de negócios sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.





NASA. **NASA Ozone Watch.** Disponível em: <<https://ozonewatch.gsfc.nasa.gov/SH.html>>. Acesso em: 9 set. 2021.

NOSSA, V.; RODRIGUES, V. R. S.; NOSSA, S. N. O que se tem pesquisado sobre sustentabilidade empresarial e sua evidenciação? **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, ed. especial, p. 87-105, 2017.

ONU. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development.** Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2021.

PNUD. **Plataforma Agenda 2030.** Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br>>. Acesso em: 9 set. 2021.

SANTOS, A. R. dos; SKORA, C. Marlus. **Meio Ambiente e Sustentabilidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2018.

SDGCOMPASS. **Guia dos ODS para as Empresas:** diretrizes para a implementação dos ODS na estratégia dos negócios. Disponível em: <<http://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2021.

SENA, A. et al. Medindo o invisível: análise dos objetivos de desenvolvimento sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 23, p. 671-683, mar. 2016.

SKORA, C. M. **A gestão e as cidades inclusivas, seguras, resistentes e sustentáveis.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/giro-sustentavel/>> Acesso em: 9 set. 2021.

SKORA, C. M.; REGINA, A. dos S. Mensuração da sustentabilidade em médias e pequenas empresas: uma proposta para a adoção do SDG COMPASS complementada pelos indicadores ESG. In: ENCONTRO Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 2020, São Paulo. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA). São Paulo: USP, 2020. v. XXII.

UOL. **Desigualdades crescem no mundo, especialmente nos Estados Unidos.** Disponível em:





---

<<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2017/12/14/desigualdades-crescem-no-mundo-especialmente-nos-estados-unidos.htm>>. Acesso em: 9 set. 2021.